



ENTREVISTA COM O DR. ANDRÉS RAMIREZ, REPRESENTANTE DO ACNUR (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS) NO BRASIL, DESDE 2010.

Entrevista realizada por César Augusto S. da Silva

1. O senhor poderia explicar sua formação e trajetória até chegar ao ACNUR?

Sim, frequentei a Universidade Nacional Autônoma do México e a Universidade Autônoma de Chapingo, onde tive formação em sociologia rural e história econômica, entre os anos de 1982 e 1985. Até que em 1987, me tornei consultor do ACNUR e iniciei minha carreira internacional como funcionário do ACNUR, a partir de 1990. Desde então, estive em Genebra, e entre 1994 e 1995, estive na Tanzânia, onde fui oficial de campo da instituição para as operações em Ruanda, onde foi montado à época o maior campo de refugiados do mundo, o que se constituiu em um dos maiores desafios de minha carreira, com mais de quatrocentos mil refugiados. Foi bastante complicado atuar ali, naquele contexto. Posteriormente, em 1997, estive em Nova York, e na África Ocidental, assim como na Costa Rica, enquanto assessor das Américas, lá por volta de 1999. E também na Venezuela, no Equador, e no Afeganistão, antes de chegar ao Brasil, no ano de 2010.

2. Conheceu pessoalmente Sérgio Vieira de Mello? O que lhe parecia?

Sim, era um ser humano com grande habilidade diplomática, visionário, excelente colega de trabalho, com um carisma pessoal que encantava a todos, e que por isso acabou exercendo cargos com muitas responsabilidades, teve muitos desafios ao longo de toda sua vida, e ao longo da sua carreira profissional. Sua brilhante atuação, sobretudo, no Timor Leste, de modo a equacionar os problemas daquele país o alçaram a um destaque internacional, ao ponto do Secretário Geral da ONU, a época, Kofi Annan, designá-lo para o Iraque, como a melhor opção para tentar pacificar aquele país após sua convulsão, representando a Organização das Nações Unidas. Sérgio Vieira foi convencido, mas comprometeu-se em ficar por ali no máximo uns quatro meses, e se falava por dentro da instituição que ele seria designado posteriormente para uma missão no México, antes do atentado que acabou tirando sua vida.

3. Qual sua opinião e a posição do ACNUR a respeito da crise de refugiados que atualmente ocorre na Europa?

É necessária sem dúvida uma maior abertura dos países europeus, de forma compartilhada, para receber mais refugiados. Mas também uma política clara de responsabili-



de compartilhada de ajuda aos países ao redor da Síria, os vizinhos da Síria, que recebem um fluxo enorme de refugiados. Do mesmo modo que o caso da Líbia, de ajuda para aquele país, e de onde chega um contingente considerável de migrantes e refugiados que tentam atravessar o mar mediterrâneo. No entanto, o foco da questão do deslocamento forçado voltado para o mundo europeu, faz grande parte da imprensa e da comunidade internacional esquecer que alguns dos países mais pobres do mundo estão/são aqueles que mais recebem ou produzem refugiados no mundo, tal é o caso do Chade, da Somália, da República Democrática do Congo, do Afeganistão.

Pensar na origem do problema dos refugiados é pensar em um problema político, sendo necessário soluções políticas para problemas políticos. As soluções e gestos humanitários podem mitigar os problemas, diminuir o sofrimento, aliviar a tensão para os deslocados de maneira forçada que são obrigados a deixarem suas terras, seu país, para sobreviverem; mas é necessária uma vontade política em busca de soluções negociadas para a raiz do problema dos refugiados – as causas que produziram os deslocamentos forçados.

4. As soluções duradouras, pregadas pelo ACNUR (reassentamento, repatriação em condições seguras, e integração local) têm funcionado nos últimos anos? O que seria necessário para melhorar o desempenho dos países para tratar melhor a questão das migrações forçadas, incluindo o fluxo de refugiados?

A repatriação tem sido pregada como a melhor solução pelo ACNUR, a chamada solução ideal, no entanto ela tem sido praticada cada vez menos. Os conflitos antigos continuam e cada vez mais aparecem novos conflitos, e muitas pessoas não tem como voltar, devido à prolongação destes conflitos armados, e neste sentido tornando inviável a prática da repatriação em condições seguras. São necessárias novas ideias, novos arranjos e novas soluções para estes complexos problemas.

O reassentamento tem sido pouco crível para os países no sentido do aumento do número de vagas para alocar pessoas, visto que o número de refugiados continua crescendo e o número de vagas oferecido continua igual pela maioria dos países de reassentamento. E acaba não resolvendo os problemas maiores dos refugiados que se encontram na raiz dos deslocamentos forçados. Graves e complexos problemas que também afetam as sociedades de acolhida.

5. Na sua visão, o que o Brasil necessita fazer para acolher melhor e em maior quantidade pessoas deslocadas, potencialmente refugiadas, que chegam em um número cada vez maior nas fronteiras do país, nos últimos anos?

Por um lado, o Brasil apresenta uma lei generosa sobre o refúgio, a lei 9.474/1997, sendo um país generoso, com tradição de imigração, e tem sido assim ao criar várias condições para tratar de forma sensível aos refugiados. Por outro lado, é necessário equacionar a questão de ter uma Lei de Migrações em consonância com a lei dos refugiados, com enfoque de direitos humanos, e não apenas a questão da segurança nacional, como está no Estatuto dos Estrangeiros. É necessário fortalecer políticas públicas no país para os refugiados. Como por exemplo, um decreto específico a respeito desta população, de



modo a ter acesso ao Benefício da Prestação Continuada (BPC), do mesmo modo que os brasileiros, no que ajudaria bastante. É importante frisar que crises políticas e econômicas que afetam a sociedade brasileira também afetam aos refugiados que aqui se encontram, visto que eles não querem nenhum privilégio e nem devem ser encarados desta forma. Apenas dispensado a eles o mesmo tratamento do que os nacionais, de modo a não criar nenhuma animosidade ou desinformação junto à população local.

Além disso, o Brasil estava acostumado a receber poucos imigrantes internacionais, tendo em vista as últimas décadas, e apresenta uma estrutura pequena para o serviço de acolhimento de refugiados. No entanto, o país não tem como escapar da situação global de aumento das migrações internacionais, e precisa fortalecer este serviço cada vez mais. Somente no último ano, tivemos em torno de 12 mil solicitações de refúgio, e esta tendência é aumentar. Os membros do CONARE (Comitê Nacional de Refugiados) sabem disso, e tem sido feito um esforço considerável para melhorar a estrutura, em um contexto de crise e de cortes orçamentários. Os compromissos internacionais do país, em torno dos tratados internacionais e a maior visibilidade do Brasil, devido a sediar grandes eventos internacionais e o seu contínuo crescimento na última década colocaram o país em uma posição de que todos os olhos estão voltados para cá, incluindo recepção maior de migrantes e refugiados. E as respostas do país para migrações internacionais precisam estar de acordo com estes compromissos, e neste sentido a melhoria da estrutura, de treinamento e maior recursos humanos.

6. Em sua visão, a iniciativa das Cátedras Sérgio Vieira de Mello nas universidades do Brasil, de um trabalho conjunto entre universidades, ACNUR e sociedade civil organizada, podem frutificar até que ponto? Quais os benefícios para a sociedade brasileira, para os refugiados no país e os limites destas iniciativas?

A Cátedra é fundamental para o desenvolvimento do direito internacional dos refugiados, para que a sociedade civil brasileira conheça a situação dos refugiados, e que novas gerações fiquem cada vez mais cientes de que podem ajudar, se solidarizar, e desenvolver habilidades de modo a enfrentar esta questão. Quanto mais estudantes, membros da sociedade civil conhecerem a situação de vulnerabilidade, as especificidades dos refugiados, e o que eles podem contribuir com as sociedades de acolhida, é muito melhor. Mostrarem e divulgarem como os refugiados podem enriquecer a sociedade local, o encontro de culturas, o aprendizado de outras línguas, as habilidades específicas trazidas pelos deslocados forçados. A atuação da academia, das organizações não governamentais e dos militantes em torno dos direitos humanos apresenta um relevo fundamental neste sentido. E assim, desmistificar visões equivocadas e preconceitos com os refugiados, por exemplo, em torno de uma possível competição junto ao mercado local ou de que são pessoas “desqualificadas”.

Novas gerações e novos estudantes verificando que suas carreiras internacionais podem ir para este campo, que podem trabalhar em causas humanitárias e ajudarem a diminuir o sofrimento e a dor de milhões de pessoas que passam por estas situações de deslocamento forçado, tanto em seu país como no exterior.